



UNIVERSIDADE, ESCOLA E PARLAMENTO: EXTENSÃO DIALÓGICA E COPRODUÇÃO POLÍTICA NA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Luiza Marques Davison – UnDF

Grupo de Trabalho: GT 5 – Experiências em Extensão e Direitos Humanos

RESUMO:

O enfraquecimento contemporâneo da democracia participativa reacende o debate sobre práticas formativas capazes de promover o exercício da cidadania e o diálogo no espaço público. Este trabalho investiga como a extensão universitária, em articulação com a escola pública e o poder legislativo, pode fortalecer a educação para a cidadania (Tosi e Zenaide, 2007) e a produção do comum (Laval e Dardot, 2017) no âmbito do projeto Cidadania: da formação à ação (UnDF). A investigação ocorreu por meio de observação participante de uma jornada formativa inspirada no percurso metodológico da pedagogia histórico-crítica (Saviani, 2021), envolvendo estudantes de ensino médio da SEEDF no programa Câmara Vai à Escola (Elegis/CLDF). O caráter dialógico da extensão universitária, combinado com as dimensões cognitivas, expressivas, cidadãs e reflexivas que emergem da inserção simbólica dos jovens no processo democrático, fortaleceu o envolvimento desses sujeitos no debate público e reafirmou a função política da escola pública como espaço de mediação entre comunidade e Estado. A experiência revelou a potência da formação integral, em que diálogo, corpo e território se entrelaçam na elaboração de sujeitos históricos e coletivos. A coprodução política tecida em redes de corresponsabilidade evidenciou a extensão como campo fértil de práxis democrática, compreendendo o Estado e a sociedade civil como esferas em constante tensão e diálogo. Reconheceu-se, por fim, a necessidade de mecanismos permanentes de acompanhamento capazes de sustentar uma práxis instituinte que se reinventa no exercício contínuo da autogestão democrática.

Palavras-chave: Cidadania, Comum, Extensão universitária, Educação, Coprodução política.



1. INTRODUÇÃO

A democracia representativa contemporânea mostra-se cada vez mais permeada pelas lógicas do mercado, o que por vezes distancia a produção legislativa das demandas populares e das urgências sociais. Num contexto em que as violências sistêmicas se manifestam tanto nas desigualdades materiais quanto nas formas de esvaziamento da esfera pública não-estatal, torna-se necessária a elaboração de sujeitos históricos e coletivos capazes de agir em rede, reconhecendo-se como parte de um mesmo tecido social e encontrando na cooperação os fundamentos de uma política mais justa e solidária.

Com a redemocratização brasileira e a Constituição de 1988, a perspectiva da educação popular freireana foi incorporada às políticas públicas e aos planos nacionais de direitos humanos, deslocando a educação em direitos humanos de uma prática apenas da sociedade civil para uma política de Estado — sem perder seu caráter crítico e emancipador. A educação para a cidadania no Brasil ainda enfrenta entraves históricos, como baixa participação popular, desinformação sobre o papel das instituições e escassez de espaços de aprendizagem democrática que integrem território, corpo e linguagem como dimensões do agir social.

Para atuar sobre esses desafios e criar novos espaços de aprendizagem democrática, a escola exerce função política e encontra na universidade uma interlocução prática com trabalho e direitos. Essa inserção social, ainda que limitada ao âmbito da extensão universitária, amplia a

capilaridade formativa em sinergia com programas educativos do poder legislativo.

Este estudo investiga como a extensão universitária, em articulação com a escola pública e o poder legislativo, fortalece a educação para a cidadania e facilita a instituição de espaços de práxis democrática do comum por meio do projeto Cidadania: da formação à ação (UnDF).

A extensão observada visa formar monitores para atuarem em programas de educação para a cidadania, estimulando a compreensão crítica sobre o Poder Legislativo e as formas de participação política de estudantes da rede pública e



do ensino superior. Fundamentada na pedagogia histórico-crítica de Saviani (2021), a extensão atua em jornadas formativas que combinam prática social continuada, problematização da realidade, instrumentalização e catarse, articulando os programas *Câmara vai à Escola* e *Conhecendo o Parlamento* (Elegis/CLDF).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Os professores Tosi e Zenaide (2007), concebem a educação para a cidadania como um processo político, ético e pedagógico voltado à formação de sujeitos conscientes de seus direitos e corresponsáveis pela transformação social. No campo da educação em direitos humanos, articula formação crítica e construção democrática, promovendo protagonismo e ampliação da participação. A noção de comum, por sua vez, emerge das lutas sociais que se insurgem contra a lógica do capital e a centralidade do Estado, afirmando outras formas de organização da vida coletiva. Para Dardot e Laval (2017), o comum é o princípio político instituinte capaz de elaborar sujeitos coletivos por meio da coprodução de regras de direito e da autogestão, subordinando mercado e Estado à lógica da cooperação. Já a pedagogia histórico-crítica (Saviani, 2021), compreende a educação como prática social atravessada pela história e orientada pela emancipação humana. Parte da realidade concreta e busca produzir consciência e movimento — da experiência à problematização, da teoria à ação transformadora. Em diálogo com Freire (2001), reafirma a educação como prática de liberdade — sendo a catarse o momento em que o conhecimento apropriado se converte em consciência crítica e ação transformadora.

3. METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido por meio de observação participante como extensionista e análise documental de relatórios internos da CLDF e da UnDF. O ciclo formativo com o Centro de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional de Taguatinga (CEMI Taguatinga), teve início em agosto de 2025,



envolvendo turmas do ensino médio, e seguiu três etapas: visita ao Legislativo, oficina de proposições legislativas e culminância pública das propostas.

Na visita à CLDF, os estudantes participaram de palestra sobre política, democracia representativa e instrumentos de participação social, acompanharam uma sessão solene e registraram problemas de suas realidades locais em formulários próprios. Duas semanas depois, os problemas foram sistematizados nas áreas de transporte, segurança pública, educação, infraestrutura urbana e esportes, lazer e cultura, e os estudantes participaram da oficina *Câmara Vai à Escola*. Os jovens, orientados por extensionistas, professores e servidores da Elegis, identificaram prioridades, analisaram causas e consequências, e elaboraram propostas legislativas, elegendo oradores para apresentá-las. O ciclo foi concluído com evento público de culminância, transmitido pela TV Câmara Distrital, com a participação de parlamentares, representantes da SEEDF, docentes e discentes, no qual os estudantes apresentaram as proposições elaboradas nas oficinas perante a plenária.

4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

A experiência da extensão Cidadania: da formação à ação revelou a potência da articulação entre universidade, escola pública e poder legislativo na educação para a cidadania e na produção do comum. O percurso formativo, conduzido junto ao CEMI Taguatinga, permitiu observar como a extensão universitária — em seu caráter dialógico — pode instaurar espaços de práxis democrática, onde aprender é também deliberar, partilhar e agir coletivamente sobre o território. A extensão, nesse sentido, mostrou-se mais que um elo entre instituições: foi um espaço de encontro, de tradução entre linguagens e de experimentação política. O processo formativo operou como mediação entre corpo, palavra e território — dimensões que, entrelaçadas, sustentaram a aprendizagem democrática. Inspirada em Freire (2001), a ação assumiu a educação como prática da liberdade e os estudantes como protagonistas ativos da vida política local, deslocando modos de ser e de agir no mundo.

No espaço simbólico do plenário — habitualmente reservado a autoridades políticas —, jovens majoritariamente negros, periféricos e de baixa



renda assumiram a cena. O ato de falar em público, propor soluções e dialogar constituiu-se como gesto de apropriação da esfera pública e conquista do direito à palavra. A cena produziu o que Saviani (2021) denomina catarse — o ponto de síntese entre o vivido e o compreendido, quando o saber se transforma em força prática — e manifestou suas diferentes dimensões. Cognitivamente, compreenderam noções sobre o funcionamento das instituições e os instrumentos legislativos. Expressivamente, encontraram na fala e nos gestos o exercício da autoria. Em caráter cidadão, articularam coletivamente os corpos e vozes. Reflexivamente, perceberam-se sujeitos históricos de transformação — momento que ultrapassa a esfera existencial imediata e pragmática, rendida às demandas cotidianas, e compreende que sua intervenção no mundo possui valor público, social e político.

Nas proposições elaboradas, surgiram indícios do princípio político do comum (Dardot e Laval, 2017). As propostas de criação de comitês de juventude, grupos de controle social local e planos de segurança comunitária evidenciam um deslocamento: da participação consultiva à coprodução política (Subirats, apud Savazoni, 2018, p.59). Esses gestos apontam para a elaboração de sujeitos coletivos que partilham diagnósticos, constroem compromissos e experimentam possibilidades de autogestão. Embora essas iniciativas ainda dependam do reconhecimento institucional para se sustentarem no espaço público, representam a possibilidade de um devir-comum do público (Méndez de Ándes, Hamou e Aparicio, 2020), em que a fronteira entre Estado e sociedade civil se torna porosa e compartilhada.

Do ponto de vista institucional, a experiência reafirmou a função política da escola pública como território de mediação entre comunidade e Estado, capaz de sustentar práticas de diálogo e experimentação democrática. Ao mesmo tempo, revelou desafios metodológicos: a multiplicidade de temas ampliou o alcance social, mas reduziu o aprofundamento em problemas mais concretos. Esse tensionamento reflete o próprio caráter da parceria institucional, que, ao expandir capilaridade e impacto, impõe restrições de tempo, metodologia e continuidade. A necessidade de mecanismos de devolutiva e acompanhamento foi amplamente reconhecida pelas equipes envolvidas. Propõe-se, por isso, a



criação de relatórios públicos, plataformas de monitoramento e uma nova etapa — Câmara Volta à Escola — como forma de retroalimentação democrática. Mais do que garantir a efetivação da participação, esses dispositivos poderiam estabelecer o que Dardot e Laval (2017) chamam de “práxis instituinte”: uma atividade que cria regras de autogestão e se reinventa continuamente, recusando o fechamento no poder instituído.

No conjunto, a experiência indica que a extensão universitária, ao mobilizar a escola como espaço de diálogo e corresponsabilidade, atuou como laboratório de produção do comum — um campo de experimentação democrática, onde se tecem redes de corresponsabilidade comprometidas com a transformação social e a formação integral dos estudantes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um cenário de desconfiança institucional e esgarçamento do vínculo coletivo, a extensão Cidadania: da formação à ação se reafirma como território de ativação comunitária, de reconstrução da esfera pública e de experimentação democrática em movimento. A experiência do Câmara Vai à Escola – Edição CEMI Taguatinga (2025) mostrou que a extensão universitária, articulada à escola pública e ao legislativo, fortalece a educação para a cidadania e ativa espaços de práxis democrática do comum. A democracia se renova quando a palavra circula e as instituições se abrem à escuta. Ao reunir estudantes, docentes, extensionistas, parlamentares e comunidade, a prática extensionista se afirma como um exercício de coprodução política e de elaboração de sujeitos históricos e coletivos.

REFERÊNCIAS

DARDOT P; LAVAL C. **Comum**: ensaio sobre a Revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017. Tradução de Mariana Echalar.

ESCOLA DO LEGISLATIVO DISTRITO FEDERAL. **Relatório – Câmara Vai à Escola – Edição CEMI Taguatinga**. Brasília, DF: CLDF, 2025.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.



MÉNDEZ DE ANDÉS A; HAMOU D; APARICIO M (éd.). **Códigos comunes urbanos:** herramientas para el devenir-común de las ciudades. Barcelona: Icaria Editorial, 2020.

SAVAZONI, R. **O comum entre nós:** da cultura digital à democracia do século XXI. São Paulo: Jovens Escribas, 2018.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica:** 40 anos. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

TOSI, G; ZENAIDE, M. **O que é educação para a cidadania?** In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. (org.). *Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007. p. 109–123.